

UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PAZ

A GENDER PERSPECTIVE ON WOMEN'S PARTICIPATION IN PEACE PROCESSES

Maria Luiza Pereira Pacheco
Departamento Pedagógico HeForShe Lisboa
malupacheco1009@gmail.com

Recibido: 22-04-2020

Aceptado: 07-06-2020

Cómo citar / citation

Pacheco, M. (2020) "Uma perspectiva de gênero sobre a participação das mulheres nos processos de paz", *Estudios de la Paz y el Conflicto, Revista Latinoamericana*, Volumen 1, Número 2, 79-91. DOI: 10.5377/rlpc.v1i2.9834

Resumo

Por muito tempo, a paz, a violência e a segurança foram termos associados ao Estado. Na década de 1980, no entanto, os movimentos acadêmicos para a incorporação da mulher nos estudos de Relações Internacionais foram sendo desenvolvidos a partir das teorias pós-positivistas, incluindo as Teorias Feministas de R.I. Neste contexto, questionamentos sobre as marginalizações feminina, as violências, o militarismo e as relações de poder nos níveis pessoal e internacional passaram a incorporar uma nova abordagem de segurança vinculada ao gênero como categoria de análise. Assim, tendo como pressuposto a importância dos processos de paz para o desenraizamento das violências e a construção das pazes, este artigo propõe investigar os avanços e desafios da participação das mulheres nos processos de resolução de conflitos, no *peacekeeping* como militares, no *peacemaking* como negociadoras, mediadoras e signatárias, e no *peacebuilding* como civis. Nesta lógica exploratória, utiliza-se a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas como o objeto de análise a fim de compreender a sua representação como instrumento político e suas consequências para as questões de gênero, no que permeia a prioridade e o esforço para a participação das mulheres na construção da paz e da segurança.

Palavras-chave

Mulheres; processos de paz; resolução 1325; paz.



Abstract

For a long time, peace, violence and security were terms associated with the State. In the 1980s, however, academic movements for the incorporation of women in International Relations studies were developed based on post-positivist theories, including the Feminist Theories of R.I. In this context, questions about female marginalization, violence, militarism and power relations at the personal and international levels have come to incorporate a new approach to gender security as a category of analysis. Thus, taking as a premise the importance of peace processes for the uprooting of violence and the construction of peace, this article proposes to investigate the advances and challenges of women's participation in conflict resolution processes, in peacekeeping as military, in peacemaking as negotiators, mediators and signatories, and in peacebuilding as civilians. In this exploratory logic, Resolution 1325 on Women, Peace and Security of the United Nations Security Council is used as the object of analysis in order to understand its representation as a political instrument and its consequences for gender issues, as it permeates the priority and the effort for the participation of women in the construction of peace and security.

Keywords

Women; peace processes; resolution 1325; peace.

1. INTRODUÇÃO

Os processos de paz são complexos, multissetoriais e multinivelares, abrangendo elementos que permeiam desde o âmbito militar e das negociações, aos mecanismos de construção, reconstrução e manutenção da paz. Apesar do reconhecimento de que mulheres e homens devem ser parceiros iguais nesses processos, a construção da paz e da segurança sob uma perspectiva de gênero ainda é limitada, tornando-se um dos principais desafios para a construção e manutenção da paz.

Portanto, este artigo pretende apontar os principais avanços e desafios da integração das mulheres nos processos de construção da paz e da segurança – no *peacekeeping*, como militares, no *peacemaking*, como negociadoras, e no *peacebuilding*, como civis. Ademais, utiliza-se a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas como um objeto de análise a fim de compreender de que forma ela impactou e ainda influencia nas dinâmicas entre mulheres, paz, violência e segurança. Através de um paralelo entre os Estudos Feministas de Relações Internacionais e os Estudos para a Paz, buscou-se compreender a histórica marginalização feminina no âmbito da segurança por meio de uma abordagem sobre o Triângulo das Violências e das relações de poder e de gênero associadas a ele.

Visto que, majoritariamente, as mulheres são ignoradas pela literatura sobre processos de paz e segurança, sendo referidas como vítimas da guerra e da militarização, e raramente como formuladoras de opinião, agentes de voz, empoderamento e influência, a relevância e importância de introduzir este tema é essencial para a desconstrução dos resquícios dos estudos convencionais da paz e da segurança, que se limitam ao Estado e negligenciam as mulheres e suas experiências.

Abre-se ainda espaço para discutir as vertentes da violência – o *continuum* – e como elas contribuem para a desigualdade de gênero, relações de poder desiguais e para a perpetuação de estereótipos. Portanto, o artigo torna-se relevante na compreensão de que a igualdade de gênero é um elemento essencial para o processo de construção de uma paz mais estável e duradoura, pois trata-se de igualar as necessidades e potencialidades de todos, sem distinção.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de abordagem qualitativa, considerando um vínculo entre o objetivo e o subjetivo, além da interpretação dos fenômenos verificados através da pesquisa bibliográfica e documental que resultaram em atribuições de significados. Foi também explicativa, pois procurou identificar os fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência de fenômenos, aprofundando o conhecimento sobre a realidade. Assim, uma análise crítica discursiva foi feita sobre a Resolução 1325, com atenção aos conceitos utilizados no documento a fim de averiguar a linguagem escolhida e as possíveis consequências interpretativas e práticas.

Os conflitos são tradicionalmente associados ao sexo masculino, sendo os homens reconhecidos como sujeitos de ação e representatividade, enquanto as mulheres são normalmente associadas à passividade (Scott, 1986). A militarização da masculinidade, segundo Enloe (1993) e Woollacott (2006) naturalizou comportamentos hostis, agressivos e de cunho competitivo associados aos homens, intensificando o sexismo e a violência contra as mulheres, principalmente a violência sexual em situação de conflito. Scott (1986) ainda aponta que as mulheres historicamente estiveram marginalizadas em assuntos de política, conflitos e processos diplomáticos por serem consideradas incapazes, frágeis e vulneráveis para atuarem, se expressarem e ocuparem cargos.

Essa perspectiva histórica enraizada reforçou estereótipos de gênero sobre os papéis dos homens e das mulheres desempenhados em situações de guerra e paz. Tanto a comunidade acadêmica, quanto as instituições políticas e organizações, influenciam e perpetuam estes rótulos, desvalorizando a agência das mulheres nas diversas esferas de ação, limitando-as como vítimas e reafirmando a heteronormatividade militar. Os processos mais influentes do cenário das resoluções de conflitos frequentemente não dão o devido espaço às mulheres no que diz respeito às negociações, tomadas de decisão, ocupações militares, lideranças locais e agência nas operações, fomentando a desigualdade de gênero e reafirmando relações de poder desiguais, o que pode limitar a capacidade evolutiva dos processos de resolução de conflitos e a construção e manutenção da paz.

Neste sentido, o artigo irá averiguar a evolução participativa das mulheres, os estímulos, desafios e oportunidades, principalmente no que diz respeito a criação e aplicação da Resolução 1325. Por isso, faz-se necessário um diálogo entre as teorias, as formas de participação das mulheres nos processos de paz e por último a análise sobre o documento a fim de averiguar sua efetividade e reflexos para as mulheres em situação de paz e segurança.

2. TEORIAS FEMINISTAS E ESTUDOS PARA A PAZ

Historicamente, a participação feminina passa a ganhar destaque nos anos 1990 após a Guerra Fria, a partir da manifestação de teorias pós-positivistas no campo acadêmico e da ampliação da agenda de segurança, consequência de um novo cenário de emergências complexas, englobando novos temas, como direitos humanos, meio ambiente, identidade, humanitarismo e gênero.

Em termos multidimensionais, o prisma feminista redefine segurança como um processo e não um ideal, no qual a preocupação com as desigualdades estruturais e as relações de poder se tornam o ponto crucial para atender ao indivíduo e ao comunitário, e não ao Estado, como preconizavam as teorias tradicionais (Tickner, 1997). Enquanto a teoria realista se estrutura numa ontologia baseada no Estado como ator unitário e o liberalismo na ideia do universalismo e da racionalidade, o feminismo coloca as relações sociais, principalmente as relações de gênero como o centro da observação crítica, relacionando segurança diretamente à diminuição de todas as formas de violência (Tickner e Sjoberg, 2013) mesmo em tempos de paz formal. A proposta feminista privilegia o bem-estar dos indivíduos e se preocupa em questionar e superar estruturas de relações de poder e gênero que desvalorizam as experiências femininas (Tickner, 1997).

Bell Hooks (2010) define patriarcado como um sistema político-social em que os homens são dominantes e superiores a tudo, praticando este domínio através do terrorismo psicológico e da violência. Verifica-se evidências do patriarcado nos estudos convencionais da paz e da violência, o que indica uma relação direta entre desigualdade de gênero e violência, assim como estruturas e relações de poder que minimizam a mulher para uma condição de invisibilidade no cenário local e internacional.

Os Estudos para a Paz dialogam com a narrativa feminista, principalmente através da abordagem trazida por Galtung (1964) sobre o Triângulo das Violências e das Pazes (direta, cultural e estrutural), questionando o desequilíbrio de forças e poderes existentes dentro dos processos de paz entre homens e mulheres. Segundo Tickner (1992), tanto o pensamento feminista quanto os Estudos para Paz enxergam os conceitos e práticas da violência como uma preocupação fundamental, que transpassa o Estado, tornando-se um campo próprio de análise.

Portanto, Galtung (1964) propõe alguns conceitos como o da “paz negativa”, que seria a ausência de manifestações diretas de violência, ou seja, a ausência da guerra. Mais tarde é apresentado o conceito de violência direta, estrutural e cultural. O primeiro se refere às formas diretas de violência, manifestada pela força física e pela morte. O segundo é tendencialmente latente, referindo-se a tudo aquilo que inibe o desenvolvimento humano, gerando desigualdades de poder e recursos, injustiça, exploração e pobreza. Caracteriza-se, portanto, como uma forma indireta de violência, que gera opressão e desigualdades dentro ou entre sociedades, reproduzindo a violência em todas as esferas (Galtung, 1969).

Por último, a violência cultural considera a política de identidade, expressada a partir de normas e comportamentos construídos através de símbolos culturais como religião, ideologia, ciência, arte e linguagem (Galtung, 1990). Ela pode ocorrer de maneira implícita, influenciando na construção de identidades, comportamentos e normas sociais que determinam formas de violência. Essas construções simbólicas são normalmente estabelecidas em relações binárias como bom e mau, amigo e inimigo, superior e inferior, que conseqüentemente podem causar comportamentos fundamentalistas, racismo, sexismo, colonialismo, machismo, meritocracia entre outros (Galtung, 1990; Oliveira, 2017). Essas relações binárias acabam por determinar a violência cultural, que serve de justificativa e/ou legitimação para a violência direta e estrutural (*ibidem*). As três formas de violência de Galtung formam o chamado “Triângulo das Violências” (Galtung, 1996).

Galtung, no entanto, introduz o “Triângulo das Pazes”, partindo do pressuposto de que se o oposto de violência é paz, então o oposto da violência cultural, é a paz cultural, “significando aspectos de uma cultura que servem para justificar e legitimar a paz direta e a

paz estrutural”¹. Portanto, “a paz cultural gera a paz estrutural, com relações simbióticas e equitativas entre os diversos parceiros e a paz direta com atos de cooperação, amizade e amor”². Este triângulo seria autoreforçador e virtuoso caso houvesse um trabalho conjunto entre os seus três lados (Galtung, 1990).

Desta forma, a paz positiva reúne tudo aquilo que permite a integração humana, como a interação de grupos sociais, o diálogo, as mudanças e transformações sociais, políticas e econômicas e a cooperação (Galtung, 1964). A paz positiva englobaria questões de direitos humanos, bem-estar-social, justiça social, pluralismo, desenvolvimento, questões de saúde, meio ambiente e cultura (Oliveira, 2017), sendo então um “diálogo e compreensão em todos os níveis, do interpessoal, ao intersocial, ao internacional” (*ibidem*, 2017: 156). Ela pode ser definida como a soma da paz direta, paz estrutural e paz cultural, ou seja, ela é a ausência da violência direta, estrutural e cultural (Galtung, 1976).

Em meados da década de 1970, Galtung incorpora os termos *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*. Diferente do *peacekeeping*, que possui uma abordagem dissociativa que foca em manter a ausência da violência direta, através de um contingente multinacional de armamento ou de observação, e do *peacemaking* que possui um viés de negociações e esforços diplomáticos, o *peacebuilding* caracteriza-se por ser mais horizontal e menos hierarquizado em sua estrutura, procurando encontrar as raízes da violência e construir transformações estruturais e justiça social (Oliveira, 2017). Segundo Galtung (1976) o *peacebuilding* tem o objetivo de construir uma paz positiva, livre de desigualdades, dominação e exploração.

As contribuições feministas revisam as teorias propostas por Galtung, negando a violência como estrutura ou sistema, afirmando-a como um processo, possível de mudanças, e não como estática e concreta. Além disso, as teorias feministas questionam o conceito que Galtung aplica ao gênero como sexo biológico, argumentando seu caráter construtivo socialmente (*ibidem*). Entretanto, as contribuições do autor são importantes na análise proposta nesta pesquisa, onde o Triângulo das Violências e das Pazes tem um papel fundamental na lógica estrutural das relações de poder e gênero, hierarquia e patriarcalismo no local e no internacional, que influenciam diretamente no papel das mulheres nos processos de paz.

O feminismo e os Estudos para a Paz se encontram, segundo Confortini (2006) em três pontos em comum: o primeiro é o pensamento e o olhar para a identidade e as necessidades humanas em detrimento das políticas de poder; o segundo é o reconhecimento da importância de conceitos como relacionamento, diversidade e interdependência, e da existência de múltiplas realidades e das diferenças culturais e históricas nas visões de mundo; e a terceira seria a agenda normativa explícita, sendo seu objetivo final a paz (para os Estudos para a Paz) e o gênero (para o feminismo).

¹ Tradução livre da autora. No original: “*meaning aspects of a culture that serve to justify and legitimize direct peace and structural peace*” (Galtung, 1990: 293).

² Tradução livre da autora. No original: “*cultural peace engenders structural peace, with symbiotic, equitable relations among diverse partners, and direct peace with acts of cooperation, friendliness and love*” (Galtung, 1990: 302).

3. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PAZ: *PEACEKEEPING*, *PEACEMAKING* E *PEACEBUILDING*

Analisando historicamente a presença das mulheres nos processos de paz, foi observado que essas experiências foram e ainda são marginalizadas por condições estruturais, sociais e culturais. Nos três âmbitos pesquisados – *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding* – observou-se a lenta e gradual inserção participativa e representativa das mulheres nos processos de construção e manutenção da paz. Constatou-se também que a Resolução 1325, aprovada em 2000, trouxe certamente avanços para as questões de gênero e a para a participação feminina, principalmente em relação a visibilidade internacional para essas questões. No entanto, a partir de uma perspectiva de gênero, percebeu-se que a Resolução possui lacunas, pois se configura como um instrumento de governação internacional ao sistema das Nações Unidas, e portanto, possui um viés conservador e liberal, que reforça estereótipos, relações de poder e de centro-periferia.

Primeiramente, sobre o processo de *peacekeeping*, os homens tradicionalmente se enquadrariam nos campos de batalha e as mulheres operariam funções de apoio e afazeres doméstico, como enfermeiras e cozinheiras (Rebelo, 2013). Portanto, os conflitos e combates foram e continuam sendo associados à masculinidade, através da crença de que os homens são considerados agressivos, corajosos, portadores de armas e dignos de recompensas, enquanto as mulheres mantêm-se em posição inferior, em condição de vítima, marginalizadas e limitadas nos processos agenciadores da paz (Tickner, 1997).

Enloe (1993) classifica esse fenômeno como a militarização da masculinidade, que tem como complemento uma forma de passividade feminina, que restringe a mulher em todos os níveis em relação ao *status* e poder. Segundo Hernandez (2003), valores como virilidade, disciplina, patriotismo e honra são associados aos homens como virtudes próprias não pertencentes às mulheres. As práticas e normas de conduta que limitam a presença da mulher estão presentes principalmente em relações aos postos hierárquicos e nas posições de poder dentro das unidades de combate, sob a justificativa da incapacidade física e de questões relacionadas à privacidade (Rebelo, 2013).

Entre os crimes de guerra, a violência sexual contra as mulheres ocupa uma posição de destaque como método de minar a moralidade individual e comunitária do grupo adversário. Segato (2014) afirma que como as mulheres não são reconhecidas como “corpos guerreiros”, estão condenadas a sofrerem dominação patriarcal, onde seus corpos se transformam em um campo de batalha suscetível a todos os tipos de violência.

Dados oficiais sobre as primeiras Operações de *Peacekeeping* da ONU mostram a evidente predominância masculina (Rebelo, 2013). No período de 1957 a 1979, de 6.250 militares, apenas cinco eram mulheres (atuavam com enfermeiras e médicas), o que equivale a 0,1% do total (Beilstein, 1995). A partir da década de 1990 houve um aumento desse índice devido os esforços da Divisão Militar do Departamento de Operações de *Peacekeeping* (Rebelo, 2013), contabilizando 1% de mulheres até 1992, correspondendo a 255 no total. Em 1993, averiguou-se um aumento de 0,7% em relação ao índice anterior (Olsson, 2000).

Ao longo da década de 90, pesquisas e relatórios sobre a participação feminina no *peacekeeping* foram sendo produzidos. Os resultados obtidos nas pesquisas (*Lessons Learned Unit of DPKO*, 1999; *Women 2000: The role of Women in UN Peacekeeping*, 2000 e *Women with Blue Helmet*, 2010) revelam que a representação e a participação das mulheres nas operações de paz contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento e para a

implementação de diálogos e atividades promissoras no terreno. A influência sobre as mulheres locais torna-se um elemento importante quando se trata de empoderamento e da desconstrução de estereótipos de gênero nas comunidades e nas relações entre o local e o pessoal das missões, sobretudo soldados.

Dados da ONU *Peacekeeping* mostram que em 2006, ou seja, seis anos depois da implementação da Resolução 1325, até março de 2018, a presença de mulheres cresceu de 1,44% para 4,76%, revelando um crescimento, porém insatisfatório. O aumento quantitativo não garante a desconstrução e transformação dos papéis de gênero pré-estabelecidos. Willett (2010 *apud* Rebelo, 2012: 40) afirma que lógica de igualdade propagada pela ONU dificilmente diminui as desigualdades institucionais e desconstruem relações de poder e hierarquias de gênero.

Apesar de esforços voltados para a maior participação feminina no *peacekeeping*, há ainda lacunas que perpetuam relações desiguais entre homens e mulheres, resultado de uma visão masculina da militarização e da existência um *continuum*, ou seja, um ciclo de violências, que limitam a mulher em agência no âmbito militar. Um reflexo disso é que somente em 2014 houve a primeira comandante a liderar as forças de *peacekeeping*, General Kriten Lund no Chipre (Bell, 2015).

Em segundo lugar, o *peacemaking*, se configura como uma etapa de extrema importância para a participação feminina na resolução de conflitos, pois, além de poder integrar as mulheres nos seus processos de negociação, acordos e mediação, ela pode incluir as pautas de gênero em acordos de paz e outros documentos (O'Reilly et al., 2015). No entanto, constatou-se que a inclusão representativa e participativa das mulheres nos processos decisórios e de negociação também é bastante limitada. Historicamente, verifica-se que os papéis tradicionais de gênero estiveram presentes na lógica organizacional hierárquica do *peacemaking*, onde os homens dominaram as mesas de negociação, enquanto as mulheres permaneceram às margens destes processos.

Em um estudo promovido pela UN Women intitulado “*Women’s Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence*” em 2010, foi revelado que de 31 processos de paz entre 1992 e 2011, apenas 4% dos signatários, 2,4% dos principais mediadores, 3,7% das testemunhas e 9% dos negociadores eram mulheres. Os índices mostram a baixa representação, que apesar de alguns avanços, ainda permanecem insatisfatórios. Em relação às nomeações, em 1992, a ONU indicou a primeira chefe de Operação de *Peacekeeping*, Margaret Astee de Angola, e apenas em 2013 nomeou a primeira mulher mediadora chefe, Mary Robinson, na Região dos Grandes Lagos na África.

O “*Geneva Graduate Institute’s Broadening Participation Project*” revelou que grupos de mulheres podem influenciar efetivamente nos acordos de paz em relação principalmente ao seu nível de alcance, implementação e durabilidade (O'Reilly et al., 2015). Entretanto, frequentemente, as prioridades da construção da paz são determinadas “a portas fechadas”, liderados por elites masculinas nacionais e internacionais que normalmente ignoram as necessidades locais e as expectativas do público no processo decisório. Deste modo, as mulheres e outros atores não tradicionais raramente tem chances de participar efetivamente desses processos pois existe um jogo de poder dominante, que questiona a credibilidade feminina, seus círculos eleitorais e suas qualificações (O'Reilly et al., 2015).

As demandas feministas após a Guerra Fria, culminaram na formulação de documentos que tentaram estabelecer políticas de gênero ligadas à essa questão, como as Resoluções 1325, 1889 e 2122, que mencionam a importância do papel das mulheres como líderes no

peacemaking (O'Reilly et al., 2015). Pode-se afirmar, portanto, que a inclusão de textos que mencionam ganhos políticos, legais e sociais para as mulheres é um elemento crucial para os processos de paz (Bell e O'Rourke, 2010), uma vez que se inserem como prioridade, as necessidades e os direitos femininos. Segundo Bell (2015), antes da Resolução 1325, de 664 acordos de paz, apenas 73 (ou 11%) incluem alguma referência à mulher, enquanto após a Resolução (de 2000 a janeiro de 2015), de 504 acordos de paz, 138 (ou 27%) fazem alguma menção³

Desta forma, percebeu-se que quando assuntos de gênero e temas relacionados às necessidades e experiências das mulheres são incluídos em acordos, há como consequência uma maior legitimação e monitoramento dessas questões. Por outro lado, temas que não são especificamente mencionadas nos acordos podem ser difíceis de se priorizar após as suas assinaturas, além de influenciar diretamente no financiamento dos doadores e em suas prioridades (Bell e O'Rourke, 2010).

Em relação a participação das mulheres civis/locais como *peacebuilders*, Wellman e Frank (2001) afirmam que elas podem contribuir significativamente para o processo de *peacebuilding* através da sua participação em redes horizontais, que se direcionam tanto para o alívio de emergências, quanto para a preocupação com a vida cotidiana e a violência estrutural. De acordo com Mazurana e McKay (2001), o principal motivo pelo qual há a formação de mulheres locais em grupos para a paz é o temor pela sobrevivência de suas famílias e as violências diretas e indiretas que elas sofrem em contextos de conflito e pós-conflito. Os grupos locais de mulheres enfatizam suas atividades no psicossocial e nas necessidades humanas básicas, como segurança, alimentação e abrigo, enquanto as OIs, as ONGs e a ONU costumam não centralizar suas atitudes para isso (*ibidem*). A construção da paz pelas mulheres locais é designada pelas autoras como frequentemente como criativa e política, atuando em forma de protestos, passeatas, vigílias, acampamentos de paz e performances artísticas como danças e teatro.

Segundo uma pesquisa produzida pela Organização Internacional “*ActionAid's International Emergencies and Crises*” e a Organização “*Womankind Worldwide*” em 2012, as mulheres são mais propensas a adotar uma definição mais ampla da paz, que inclui o nível domiciliar, além de se concentrar na obtenção de direitos e liberdades individuais. Os homens por sua vez, tendem a associar a paz à ausência e à estabilidade de estruturas formais, como governança e infraestrutura. A pesquisa mostra que devido a um processo histórico predominantemente cultural, através da formação de estruturas sociais patriarcais e sexistas e da marginalização feminina no âmbito da segurança, a mulher passou a “sentir” as violências em um ciclo, por meio da violência direta e estrutural, em um *continuum* de forma diferente dos homens (Cardona *et al.*, 2012). A pesquisa aponta seis barreiras principais, enfrentadas pelas mulheres para sua participação segura e significativa no *peacebuilding*: normas e atitudes sociais restritivas; violência contra meninas e mulheres; pobreza e desigualdade econômica; falta de acesso à educação; autodesvalorização e falta de apoio financeiro e emocional.

³ As referências às mulheres incluem: gênero; menina, viúva, órfã, mãe; esposa; organização de mulheres; convenção de mulheres, a Resolução 1325 em si, violência baseada em gênero e violência sexual (Bell, 2015: 11).

Nota-se que a maioria das barreiras encontradas advém da violência indireta e estrutural, a partir da distribuição desigual de poder e de recursos que trazem menos oportunidades de vida, além de injustiça, exploração, pobreza e opressão.

4. A RESOLUÇÃO 1325 SOBRE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

A Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2000, configura pela primeira vez em um documento, a interrelação entre o desenvolvimento, paz, segurança e direitos humanos, agregados às questões de gênero (Klot, 2007). Ela traz a preocupação de inserir a perspectiva de gênero no âmbito dos processos de paz, afirmando a importância do papel e da representação feminina na prevenção, gestão e resolução de conflitos, assim como na construção e consolidação da paz (CSNU, 2000: Preâmbulo). A criação deste documento procurou unir premissas de Resoluções anteriores, propondo uma nova abordagem que agregaria valores, políticas e ações com um olhar direcionado para a igualdade de gênero. A partir da Resolução 1325, vários países adotaram um Plano Nacional de Ação a fim colocar a participação das mulheres nos processos de paz como um elemento essencial na construção de uma realidade pacífica. A 1325 afirma a importância do papel e da representação feminina na prevenção, gestão e resolução de conflitos, assim como na construção e na consolidação da paz, através da sua participação em todas as etapas dos processos de paz (*peacekeeping, peacemaking e peacebuilding*), incluindo tomadas de decisão a níveis local, regional e internacional. Assim, é notável que a 1325 trouxe contribuições importantes para as dinâmicas internacionais em favor das questões de gênero, incluindo-as numa dimensão política de alto nível, agregado às políticas de guerra e de segurança Tryggestad (2009 *apud* Rebelo, 2012: 89).

Entretanto, nesta breve análise discursiva da Resolução 1325, foi possível observar elementos problemáticos nos conceitos e abordagens utilizadas. Essa perspectiva se enquadra no panorama crítico já expressado por autores como Olivier Richmond e David Chandler, questionadores da paz liberal e seus mecanismos. Richmond (2005) afirma que a paz liberal se manifesta em três situações: discurso, enquadramento e estrutura, baseado em uma “tradição essencialmente ocidental, de experiências em conflitos armados e de reflexos sobre a paz” (Cavalcante, 2013: 24). O autor ainda afirma que esse modelo pode dificultar a criação das condições fundamentais para uma paz sustentável, pois ela ignora as reais causas dos conflitos e as necessidades sociais e econômicas dos locais (Richmond, 2011). Em paralelo, Chandler (2010) critica o enquadramento neoliberal, afirmando que ele reproduz hierarquias de poder, ocasionadas pela lógica e pelas relações de mercado. Os autores afirmam que o conceito e a prática de consolidação da paz da ONU têm sido influenciados pela paz liberal. Assim, como reflexo deste enquadramento teórico-político, os documentos oficiais das Nações Unidas acabam por reproduzir relações de poder e estereótipos de gênero que mantêm as mulheres em posição de subordinação, enquanto os homens ocupam o espaço de tomadores de decisões (Puechguirbal, 2010). A Organização pode legitimar versões estereotipadas de feminilidade, fazendo referência direta das mulheres como vítimas, pacifistas e construtoras da paz, enquanto os homens são reconhecidos como racionais, protetores e violentos (*ibidem*). Portanto, ao invés de reproduzir um discurso de gênero que desconstrua padrões, a ONU possivelmente negligencia as potências e variadas agências

femininas e masculinas no âmbito dos processos de paz, acentuando preceitos e papéis tradicionalmente compreendidos.

Na análise discursiva da 1325, constatou-se a utilização do termo “gênero” como sinônimo de “mulheres”, identificando-as sempre como alvo do documento, enquanto os homens encontram-se quase omissos da 1325, sendo referidos majoritariamente como os autores de violência (combatentes e promotores de violência sexual) e protetores (das mulheres e crianças) (Moura *et al.*, 2012). Essa ordem binária norteia as dimensões discursivas do documento para uma desconexão entre os homens e as mulheres, criando e recriando um sistema de relação hierárquica social, com base em vinculações do feminino e do masculino (Wilcox, 2010, *apud* Moura *et al.*, 2012: 169).

O segundo ponto, é o emprego dos termos “indefesos e dependentes” para caracterizar mulheres e as crianças, que tem como consequência a reafirmação da diferença do corpo, sexual e biológico entre homens e mulheres (Enloe, 1990), o que segundo Shepherd (2008), as relaciona sempre a uma figura subordinação e fragilidade. Em um estudo produzido por Charli Carpenter sobre os documentos do CSNU – incluindo a 1325 – entre 1999 e 2003, o termo “mulheres e crianças” foi utilizado 163 vezes, enquanto a ideia de “mulheres como combatentes” foi descrita apenas seis vezes e “homem como vulnerável” somente uma vez. Com estes dados, Carpenter pôde observar que as mulheres, encontram-se associadas quase sempre às crianças, e por consequência, às características de inocência e vulnerabilidade. Portanto, esse essencialismo de gênero, define a mulher em três categorias: vulnerável, mãe e civil, pressupondo que, por serem vulneráveis, devem ser protegidas.

Outro ponto importante é a relação direta que o documento faz entre as palavras “mulheres”, “meninas” e “violência”, que tem como consequência a “desconsideração do fato de que homens também são vítimas de violência de caráter sexual” (Rebelo, 2012: 98) e não precisariam de assistência relacionado a isso pois são privilegiados pelas características associadas à “masculinidade” (*ibidem*). Além disso, a 1325 reforça papéis tradicionalmente associadas ao feminino, como reconciliação e justiça (artigos, 8, 13 e 15). Isso de fato, pode reforçar o estereótipo da mulher ligado ao doméstico, determinando a separação do público-privado.

A principal questão relacionada a esta crítica à Resolução, é o fato dela institucionalizar e normalizar uma realidade que produz e reproduz relações desiguais de gênero (Shepherd, 2008), concretizando a imagem feminina sempre ligada a ideia de vítima, subestimando sua capacidade de agência e negligenciando sua potencial contribuição para a violência (Utas, 2005 *apud* Moura *et al.*, 2012: 170). Portanto, associar a mulher à paz contribui para a marginalização de situações onde elas podem assumir papéis de combatentes e perpetradoras de conflito (Elshtain, 1987 *apud* Rebelo, 2012: 94).

Assim, a Resolução se constitui como um dos instrumentos do *peacebuilding*, de cunho conservador e liberal, baseado em um discurso de dever e solidariedade do centro evoluído para a periferia em perigo. É “um mecanismo de governação global, justificando assim projetos hegemônicos (o neoliberalismo e a paz liberal)” (Moura *et al.*, 2012: 184). Harrington (2011 *apud* Moura *et al.*, 2012: 184) traduz de forma sensata a 1325 como “um instrumento para lidar com as novas realidades de segurança internacional pós-Guerra Fria e não uma ferramenta de transformação dessas realidades”.

5. CONCLUSÃO

A abordagem teórica desenvolvida revelou que há um diálogo entre as Teorias Feministas de R.I. e os Estudos para a Paz no sentido de que o Triângulo das Violências possui grande importância para a compreensão daquilo que dificulta a participação das mulheres nos processos de paz. Verificou-se, que apesar de avanços ao longo do processo de amadurecimento das etapas de resolução de conflitos, as relações de poder e as hierarquias de gênero, são impulsionadas por um ciclo de violências que reduzem as mulheres como vítimas e passivas.

A 1325 surge com a novidade de trazer igualdade de gênero para os processos de paz, estimulando e possibilitando o agenciando feminino em todas as etapas do processo, como *peacekeepers*, *peacemakers* e *peacebuilders*. Ficou evidente que a criação da Resolução trouxe uma perspectiva inovadora e abrangente, contribuindo para a implementação de políticas de gênero vinculadas à paz e à segurança. No entanto, verifica-se que os principais resultados da sua implementação são mudanças quantitativas não expressivas, que são reflexo de uma abordagem conservadora, pautada em diretrizes neoliberais que não aprofundam na raiz dos problemas e das violências.

Essa conclusão é também averiguada a partir das lacunas encontradas na linguagem discursiva utilizada na Resolução. A perpetuação de relações desiguais e de estereótipos de gênero, mostram que o documento se limita mantendo um olhar verticalizado para o “local”, ignorando as experiências e a historicidade daqueles que lá se encontram, principalmente as mulheres. A 1325 faz parte de um instrumento de governação internacional inerente ao sistema da ONU e em mandatos de organizações, compreendida como uma Resolução de viés conservador, face às referências e consequências da violência armada e seus efeitos sexuais (Moura *et al.*, 2012). Além disso, ela reforça a desigual relação entre centro e periferia e o poder que o primeiro exerce sobre o segundo em um discurso de proteção e segurança, que cumpre sua demanda neoliberal de produção e consumo (Shepherd, 2008).

Assim, a 1325 se revela sobretudo como um elemento de importância simbólica, que legitima a vinculação das questões de gênero e a participação das mulheres à construção e reconstrução da paz, mas que de fato não é transformadora e deve estar suscetível a reformas em sua constituição discursiva e ideológica

6. REFERÊNCIAS

- Beilstein, J. (1995). *Women 2000: The role of women in United Nations peacekeeping*. New York: Division for Advancement of Women (DAW).
- Bell, C. (2015). *Text and Context. Evaluating Peace Agreements for their ‘Gender Perspective’*. Edinburgh: Global Justice Academy, UN Women.
- Bell, C.; O’Rourke, C. (2010). “Peace agreements or ‘Pieces of Paper’? The impact of UNSC Resolution 1325 on peace processes and their agreements”, *International and Comparative Law Quarterly*, 59(4), 941–980.
- Cardona, I. *et al.* (2012). *From the ground up: Women's roles in local peacebuilding in Afghanistan, Liberia, Nepal, Pakistan and Sierra Leone*. London: ActionAid International, Institute of Development Studies and Womankind Worldwide.

- Cavalcante, F. (2013). “Os reflexos da paz liberal na abordagem das Nações Unidas à consolidação da paz na Guiné Bissau”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 21-42.
- Chandler, D. (2010). “The Uncritical Critique of Liberal Peace”, *Review of International Studies* (36), 137-155.
- Confortini, C. (2006). “Galtung, violence, and gender: The case for a Peace Studies/Feminism Alliance”, *Peace & Change* 31(3), 333-367.
- Enloe, C. (1990). *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press.
- Enloe, C. (1993). *The morning after: Sexual politics at the end of the Cold War*. California: University of California Press.
- Galtung, J. (1964). “An Editorial”, *Journal of Peace Research*, 1(1), 1-4.
- Galtung, J. (1969). “Violence, peace, and peace research”, *Journal of peace research*, 6(3), 167-191.
- Galtung, J. (1976). *Peace, war and defense: essays in peace research*. Compenhagen: Christian Ejlers.
- Galtung, J. (1990). “Cultural violence”, *Journal of peace research*, 27(3), 291-305.
- Hernández, H. F. (2003). *Mujeres y Guerras. Militarismo y patriarcado. Miseria del militarismo. Una crítica del discurso de la guerra*. Barcelona: Virus Editorial.
- Hooks, B. (2010). *Understanding patriarchy*. Louisville: Louisville Anarchist Federation.
- Klot, J. F. (2007). *Women and peacebuilding*. New York: Social Science Research Council.
- O’Reilly, M.; Ó Súilleabháin, A.; Paffenholz, T. (2015). *Reimagining Peacemaking: Women’s Roles in Peace Processes*. New York: International Peace Institute.
- McKay, S.; Mazurana, D. (2001). “Gendering Peacebuilding”. Em: Christie, DJ., Wagner, R. V., Winter, DA. (Eds.) *Peace, Conflict, and Violence: Peace Psychology for the 21st Century*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Moura, T.; Roque, S.; Santos, R. (2012). “Conexões perdidas: Representações de gênero, violência (armada) e segurança na Resolução 1325”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 96
- Oliveira, GC. (2017). “Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais”, *Carta Internacional*, 12(1), 148-172.
- Olsson, L. (2000). “Mainstreaming Gender in Multidimensional Peacekeeping: A Field Perspective”, *International Peacekeeping*, 7(3), 1-16.
- Puechguirbal, N. (2010). “Discourses on gender, patriarchy and Resolution 1325: A textual analysis of UN documents”, *International Peacekeeping*, 17(2), 172-187.
- Rebelo, TR. (2012). *Lentes de gênero para as missões de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Rebelo, TR. (2013). “O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios”, *Estudos Feministas*, 21(3), 817-837.
- Richmond, OP. (2005). *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Richmond, OP. (2011). *A Post-Liberal Peace*. London: Routledge.
- Scott, JW. (1986). “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”, *The American Historical Review*, (9)5, 1053-1075.
- Segato, L. (2014). Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres *Sociedade e Estado*, 29(2), 341-371
- Shepherd, L. (2008). *Gender, Violence and Security*. London: Zed Books.

- Tickner, A. (1992). *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving International Security*. New York: Columbia University Press.
- Tickner, A. (1997) “You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists”, *The International Studies Association. International Studies Quarterly*, (41)4, 611-632.
- Tickner, JA; Sjobeg, L. (2013). *Feminism and International Relations: Conversations about the past, present and future*. International Relations Theories. Oxford: Oxford University Press.
- Tryggestad, TL. (2009). “Trick or Treat? The UN and Implementation of Security Council Resolution 1325 on Women, Peace, and Security”, *Global Governance: a review of multilateralism and international organizations*, 15(4), 539-557.
- UN DPKO (2000). The Windhoek Declaration: The Namibia Plan of Action on “Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Support Operations”. UN Department of Peace Operations (DPKO), Lessons Learned Unit, S/2000/693, Windhoek, Namibia.
- UN Women (2010). *Women's Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence*. New York.
- UN, Security Council (2000). Resolution 1325 on Women, Peace and Security.
- Wellman, B.; Frank, K. (2001). “Network capital in a multilevel world: Getting support from personal communities”, *Social capital: Theory and research*, 233-273.
- Woollacott, A (2006). “Gender and war, gender and peace new perspectives”, *Australian Feminist Studies*. London: Routledge, 21(51), 389-391.

REFERÊNCIA DA AUTORA

Maria Luiza Pereira Pacheco é internacionalista e pesquisadora, graduada em Relações Internacionais pela Universidade Vila Velha e Mestra em Relações Internacionais – Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento pela Universidade de Coimbra. Atualmente pesquisa processos de paz e a participação das mulheres, é colunista do Instituto Global Attitude em assuntos de Relações Internacionais e é membro do Departamento Pedagógico na HeForShe Lisboa, organização para a igualdade de gênero em Portugal. E-mail: malupacheco1009@gmail.com. ORCID: 0000-0002-9233-1864